

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita atualiza lista de exceções à redução de benefícios fiscais..... 2

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Master: Mendonça cobra da PF agilidade..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regra fiscal precisa melhorar, não mudar, diz FGV Ibre..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comunidade esportiva vai à Câmara contra aumento de tributação..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - NÉGOCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com fim da recuperação judicial, fundador perde controle da Azul..... 10

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil não pode perder oportunidades trazidas pela corrida tecnológica da IA (Editorial)
..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributos sobre combustíveis somaram R\$ 210 bi em 2024..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado reduz projeção da Selic pela primeira vez no ano..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Estados no cheque especial (Editorial)..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Custo anual pode subir até R\$ 267 bi, diz CNI..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado prevê juros menores no fim deste ano..... 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Tarifa média do Brasil tem a maior queda, para 13%..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Fazenda avalia apertar regra de empréstimo a estados..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Petróleo fica isento da nova taxaçaõ america..... 20

Receita atualiza lista de exceções à redução de benefícios fiscais

A **Receita Federal** atualizou a lista de setores que serão preservados da redução linear de benefícios e incentivos fiscais imposta pela Lei Complementar (LC) nº 224, de 2025. O número de atividades que não sofrerão esse corte subiu de 31 para 33.

Para quem não estiver na lista de exceções do Fisco, a incidência de Imposto de Renda (IRPJ), CSSL, PIS e Cofins passa a ser de cerca de 10% da alíquota do sistema padrão de tributação.

A **Receita Federal** fez as alterações por meio da Instrução Normativa (IN) nº 2.307, de 2026, publicada ontem no Diário Oficial da União. A norma atualiza a IN nº 2.305, de 2025.

A nova IN deixa claro que associações civis sem fins lucrativos ficam de fora da redução, sem a exigência de que sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Organizações Sociais, como constava na primeira instrução normativa. Isso

inclui, por exemplo, ONGs, fundações de saúde, clubes desportivos e sindicatos.

Também ficam a salvo da tributação a dedução dos gastos realizados por empresas com serviços de assistência médica, odontológica, farmacêutica e social, contanto que sejam destinados a todos os empregados e dirigentes (despesa operacional). Ainda ficou mantida a isenção de Imposto de Renda e da CSSL para as entidades de **previdência complementar** sem fins lucrativos, como Previ (Banco do Brasil) e Petros (Petrobras).

Segundo a tributarista Thaís Shangai, sócia do Mannrich e Vasconcelos Advogados, a alteração legislativa beneficia clubes de futebol que estavam preocupados com a oneração. Por outro lado, doações feitas a eles e às demais entidades civis sem fins lucrativos passam a se submeter à redução linear dos benefícios fiscais. De acordo com o Fisco, o item "extrapolava o comando da Lei Complementar 224" ao incluir doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas no rol de benefícios preservados.

Com a alteração, a dedução das doações foi reduzida em 10%, passando de 2% do lucro operacional para 1,8%, segundo Felipe Salomon, sócio do escritório Levy Salomão Advogados. "Isso até pode reduzir o

valor de doações, ao ser retirado um incentivo", projeta. Ainda segundo o advogado, a inclusão das doações pela IN da Receita pode levar a questionamento judicial. Isso porque a LC 224 excepciona entidades imunes do corte de benefícios e, com a medida, elas poderão sofrer algum impacto indireto.

"As pessoas jurídicas podem ajustar os valores doados àqueles que poderão ter o benefício da dedutibilidade", estima Ana Lucia Marra, sócia do Sanmahe Advogados. Para a advogada, é questionável se o ajuste feito pela IN da Receita preserva os interesses das entidades sem fins lucrativos, uma vez que atinge também o benefício que, geralmente, determina a atratividade das doações a tais entidades.

Ainda de acordo com a advogada, a Receita vinha fornecendo esclarecimentos e manifestando seu entendimento sobre situações excluídas do escopo da redução linear por meio de "Perguntas e Respostas". A alteração da lista pela nova IN reflete o entendimento da última edição do "Perguntas e Respostas", diz ela, quanto à abrangência geral de entidades sem fins lucrativos.

Para o advogado Caio Malphighi, faz muito sentido a IN ter excluído do alcance da LC 224 todas as associações sem fins lucrativos. "A isenção fiscal hoje existe justamente porque uma associação sem fins lucrativos não auferir receita tributável, por não exercer atividade empresarial e não auferir lucro", afirma. No máximo, diz ele, a associação tem superávit, o que não é lucro.

Presidente do Comitê Tributário Brasileiro (CTB) e ex-auditor fiscal, Adriano Subirá destaca que o saldo é positivo. "Entidades sem fins lucrativos e despesas médicas [dentro da redução linear] foram pontos que levaram

"Será possível ajustar os valores doados a quem puder ter a dedutibilidade" Ana Lucia Marra

a críticas e preocupações", diz. O impacto do que entrou na lista da exceção, na soma, é bem maior, segundo o advogado.

Do ponto de vista fiscal, o impacto da IN pode ser

relevante em 2026, segundo Breno de Paula, sócio do escritório Arquilau de Paula Advogados Associados. "Ao qualificar tecnicamente os critérios de enquadramento, a Receita aumenta a possibilidade de reclassificação de entidades que não atendam integralmente às exigências legais, o que pode ampliar a base sujeita à redução linear e, consequentemente, elevar a arrecadação efetiva", diz.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Master: Mendonça cobra da PF agilidade

» LUANA PATRIOLINO

Em uma reunião que durou, aproximadamente, duas horas e 30 minutos, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), cobrou, ontem, rapidez da Polícia Federal para finalizar as investigações das fraudes do Banco Master. Por conta disso, a PF apresentou um novo relatório com as atualizações da apuração e dos inquéritos correlatos.

O magistrado quer cumprir o prazo estabelecido pelo antecessor à frente do inquérito, ministro Dias Toffoli, que termina em três semanas.

Foi a segunda vez que Mendonça se reuniu com integrantes da corporação desde que assumiu o caso, em 12 de fevereiro. O detalhamento das investigações ajudará o ministro na definição dos próximos passos. Participaram da reunião os delegados da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor), setor responsável pelo inquérito.

O encontro também "serviu para apresentação à Polícia Federal da lista dos processos da Operação Compliance Zero e desdobramentos correlatos que tramitam na Corte sob a relatoria do ministro".

Em 16 de janeiro, Toffoli prorrogou por mais 60 dias a conclusão das investigações conduzidas pela PF. À época, o então relator afirmou que os argumentos apresentados pela corporação justificaram a decisão.

Segundo investigadores, a complexidade do caso, o volume de documentos apreendidos e a necessidade de análises técnicas aprofundadas motivaram o pedido de mais prazo.

Ainda por conta do inquérito, Mendonça tem, hoje, reunião com um grupo de integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, presidida por Renan Calheiros (MDB-AL) - que há poucos dias esteve com o presidente do STF, ministro Edson Fachin, solicitando o compartilhamento de informações entre a Corte e a CAE. Os parlamentares reforçarão ao novo relator a necessidade de obter informações sobre as investigações, uma vez que o colegiado é responsável pela fiscalização do sistema financeiro e cabe a ele alterar a legislação desse tema.

Desde que assumiu o comando do inquérito sobre o Master, Mendonça vem dando mais autonomia à PF nas apurações sobre as fraudes da instituição que era presidida por Daniel Vercaro, liquidado

extrajudicialmente pelo Banco Central. Na semana passada, o ministro autorizou que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do **INSS** acessasse os dados obtidos por meio da quebra de sigilo telefônico e telemático dos envolvidos na investigação.

Mal-estar Houve, porém, um ponto de mal-estar. Ao determinar que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), devolvesse à CPMI o material que estava sob sua guarda e refere-se ao oferecimento de crédito consignado a aposentados e pensionistas da Previdência, restringiu o acesso da PF apenas aos delegados que conduzem as apurações sobre o Master. Isso deu a entender que a cúpula da corporação - sobretudo o diretor Andrei Passos Rodrigues - não teria acesso ao material. Por isso, Andrei se reunirá com Mendonça para expressar a necessidade de o comando da PF estar inteirada das investigações.

O retorno das informações à CPMI foi a segunda decisão de Toffoli revertida por Mendonça. Antes, o relator ampliara o acesso da PF às provas e reduziu o grau de sigilo do caso - autorizou que a perícia em cerca de 100 aparelhos eletrônicos seja feita sem restrições.

Toffoli deixou a relatoria em 12 de fevereiro. A crise chegou ao ápice depois de Andrei Passos Rodrigues levar ao presidente do STF, Edson Fachin, um relatório da perícia do celular de Vercaro que continha menções do ex-banqueiro ao então ministro-relator. Pouco antes de sair, Toffoli determinara que a PF enviasse a ele os dados de todos os celulares apreendidos e periciados na investigação.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/02/24/all.pdf>

Regra fiscal precisa melhorar, não mudar, diz FGV Ibrel

Marta Watanabe De São Paulo

É preciso encontrar um meio termo entre os dois extremos de regra fiscal pelas quais o país passou nos últimos anos. Enquanto o teto de gastos, que valeu de 2017 a 2022, focou na despesa, com freio de mão na política fiscal geral do país, desacelerando o crescimento econômico, o atual arcabouço, em vigor desde 2024, alavancou receitas, com política expansionista e ampliação de crédito, levando a alta maior do **PIB**, mas com **inflação** e aumento de juros.

O caminho intermediário não demanda refazer o atual arcabouço, mas ajustá-lo. O próximo governo deve investir o capital político em reformas estruturais e não na discussão de uma nova regra fiscal. A avaliação é de Manoel Pires e Bráulio Borges, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibrel), em artigo na próxima edição da "Carta do Ibrel".

"Com a política atual, fazer uma regra mais dura acelerará possibilidades de descumprimento. Em 2023 discutimos por um ano a nova regra, a despesa cresceu muito, ficamos sem âncora fiscal, com incerteza enorme. Deveríamos fazer um debate rápido, mexer em debilidades da atual regra e partir para reformas estruturais. Não há regra perfeita", diz Pires. Para Borges, mexer em parâmetros do aumento real da despesa do atual arcabouço - que tem intervalo de 0,6% a 2,5% reais - é válido e não significa rediscutir a regra do zero.

Pires reconhece que há aspectos operacionais que fragilizam o atual arcabouço, como a tendência crescente de exclusão de itens da despesa. Os recursos relativos às enchentes do Rio Grande do Sul foram uma exclusão justificada, lembra, mas o governo também propôs tirar despesas com defesa e aprovou a retirada de gastos extras com saúde e educação financiados pelo Fundo Social. "Isso afeta transparência e a capacidade de controlar o agregado de gastos."

Outra questão é o uso da banda das metas fiscais, aponta, questão em análise no Tribunal de Contas da União. "Isso tem levado a muitas críticas, porque o governo tem mirado a parte inferior da banda, e não o centro. O melhor caminho é regular a aplicação da banda, que está sendo usada de forma excessiva." Há

também, diz, o problema estrutural da crescente rigidez do Orçamento, com alto nível de gastos obrigatórios. Isso, nota, dificulta encontrar espaço para despesas e cumprir os limites.

A discussão sobre política fiscal, defende Pires, deve ir além do aprimoramento do arcabouço em si e alcançar "vazamentos" da política fiscal que impactam na dívida pública e na demanda agregada. Entre eles, um melhor monitoramento da gestão fiscal de Estados e municípios, o fortalecimento do controle das contas das estatais e a modernização da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), entre outros. Esse debate, aponta Pires, deve incluir também a renda da exploração do petróleo, que pode ser expandida com eventual resultado da Margem Equatorial.

Borges também cita uma responsabilização maior do Congresso, para fazer valer, por exemplo, o princípio de que não se pode criar despesa sem fonte de financiamento. Ele menciona a decisão de ampliar o Fundeb, cuja despesa cresceu de 0,2% do **PIB** em 2020 para 0,5% do **PIB** em 2025.

Hoje, diz Pires, as regras fiscais modernas focam em buscar equilíbrio entre sustentabilidade fiscal e gestão de demanda agregada, considerando o ciclo econômico. "O problema de fazer esse equilíbrio é a credibilidade. Como as regras se tornam mais flexíveis, naturalmente o mercado desconfia da capacidade do governo de controlar a dívida pública. O caminho é o governo ter flexibilidade de curto prazo, criando institucionalidade, com Orçamento mirando a trajetória da dívida no longo prazo." Evidentemente, diz, se amarra as metas de curto prazo a um determinado patamar de dívida no longo prazo, mostrando como chegar lá. Há desafios, diz, como o corte de despesas. "É preciso mostrar avanço no curto prazo, para os agentes acreditarem que o longo prazo é crível. Isso é difícil nos países desenvolvidos e mais ainda nos emergentes, muito mais voláteis."

Isso, diz Pires, se soma a outras questões que pressionam o arcabouço fiscal. "Depois da pandemia tivemos alta de juros, com dívida pública mais cara no mundo inteiro.

Há choques fiscais gerados por mudanças climáticas, além de envelhecimento populacional e todas as insatisfações sociais que levam a certo populismo, o

que pressiona também os Orçamentos públicos. Mais recentemente, temos os problemas geopolíticos com mais gastos com defesa."

Uma análise com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), aponta Pires, mostra que de 38 países, entre avançados e emergentes, em 29 houve avanço da dívida líquida de 2019 a 2024, com variação média de 3,3 pontos percentuais (p.p.) do **PIB**. As projeções do FMI indicam nova alta de 2025 a 2030, desta vez de 2,3 p.p. Os números são piores para o Brasil, de 6,8 p.p. e 8 p.p, nessa ordem.

Do ponto de vista da gestão de ciclo econômico, o cenário de hoje, diz, Pires, é "mais auspicioso" do que o do teto de gastos. "É possível argumentar que a crise de 2015 a 2016 foi muito dura e que, portanto, a recuperação da economia poderia ser mais longa do que foi. E também que o mundo pós pandemia de covid-19 cresceu um pouco mais. Tudo influencia. Mas a política fiscal do teto de gastos foi muito mais contracionista do que a atual. Isso impacta o ciclo econômico."

Pires cita dados da Secretaria de Política Econômica (SPE/MF) mostrando que, após a pandemia e principalmente com o ciclo fiscal do governo atual, o **PIB** efetivo está mais colado à estimativa de **PIB** potencial do que no período anterior.

Ou seja, o grau de ociosidade sob o novo regime fiscal é menor. "Passamos por uma ociosidade muito grande em alguns momentos com pouca indicação de que isso estava sendo revertido. E essa não reversão de ociosidade se deu em contexto de crescimento do **PIB** potencial próximo de zero."

O indicador de impulso estrutural dos gastos da União, também da SPE, mostra que a política fiscal do atual governo foi bem expansionista no primeiro ano, em 2023, com teto de gastos já fora de cena e o novo arcabouço ainda não definido. A chamada PEC da Transição, lembra, ampliou os gastos em 1,5 p.p. do **PIB** de 2022 para 2023. Em 2024, ainda sob efeitos de precatórios pagos ao fim de 2023, o impulso fiscal atingiu o pico de 1,6% do **PIB** no primeiro trimestre. Depois, no segundo semestre de 2024, aponta, os dados trimestrais mostram impulso contracionista, o que se manteve até a primeira metade de 2025. O expansionismo voltou no terceiro trimestre de 2025 (0,7% do **PIB**), com os últimos três meses quase neutros, com impacto equivalente a 0,1% do **PIB**.

"O atual arcabouço trouxe condições mais favoráveis ao ajuste cíclico, embora outros fatores também tenham contribuído. Do ponto de vista de controle de dívida, porém, ele claramente não foi bem sucedido. Tivemos déficit nominal muito alto no período e isso é

ponto de preocupação", diz Pires.

Pires nota que o déficit nominal do setor público no atual mandato ficou próximo aos de 2015 e 2016, anos marcados por crise fiscal. Após atingir 9,9% do **PIB** em 12 meses até julho de 2024, ficou em 8,3% ao fim de 2025. A pressão, diz, vem do pagamento de juros da dívida pública, que saltou de 5,8% do **PIB** ao fim de 2022 para 7,9% em dezembro de 2025. "No teto de gastos, o calcanhar de Aquiles foi falta de crescimento. No atual arcabouço crescemos mais, mas a taxa de juros é a principal fragilidade e atacar isso deveria ser prioridade nos próximos anos."

Parte dos economistas, lembra Borges, atribui ao teto de gastos o fato de a Selic ter caído a 2% em 2020. Ele discorda. Ele cita dado do Banco Central com a decomposição do prêmio de risco dos juros de cinco anos no Brasil, comparando as contribuições das expectativas de **inflação**, política fiscal e Selic com as do fator externo, como juros e condições financeiras globais. Pelos dados, diz, o prêmio associado à sustentabilidade fiscal ficou em nível elevado, de 2016 a abril de 2025. Nesse período o prêmio saiu de 1,9 p.p. em 2016, cresceu e atingiu 2,3 p.p. em 2020 e 2021 e ficou em 2,1 p.p. no primeiro quadrimestre de 2025. Num período anterior, de 2007 a 2014, o nível era em torno de 1,5 p.p.

Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, explica que o prêmio de risco reflete a percepção do risco do Brasil em relação ao de outros países. Há também, nota, o juro interno. Ele lembra que em 2019 a aprovação da reforma da Previdência e expectativa de aprovação da **reforma tributária** trouxeram sensação de que o fiscal estava deixando de ser problema no Brasil, em consonância com o que se fazia em outros países. "Mas depois veio a pandemia, que pegou todos. Os gastos fiscais de 2020 e 2021 vieram em linha com o do mundo inteiro. Mantivemos, digamos, o mesmo prêmio de risco que estava sendo observado antes."

O fator externo, diz Borges, que caiu para 0,1 p.p. em 2021, voltou a crescer para 1,6 p.p. no primeiro quadrimestre de 2025. No período de 2017 a 2019, a média do prêmio do setor externo foi de 0,9 p.p. "Boa parte da alta de juros de médio e longo prazo do Brasil nos últimos três ou quatro anos veio do ambiente internacional", diz Borges. "Mas o fato de o prêmio de risco fiscal ter ficado mais ou menos constante [nos últimos anos], não quer dizer que não se deva reduzi-lo. Isso ganha importância pelo fato de o externo não estar ajudando", acrescenta Pires.

"Boa parte da alta de juros de médio e longo prazo veio do ambiente internacional" Bráulio Borges

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260224/>

Comunidade esportiva vai à Câmara contra aumento de tributação

Victor Parrini +

A discussão sobre a **reforma tributária** mobiliza o esporte brasileiro. Entidades, clubes associativos e confederações avaliam que pontos do novo modelo, em debate no Congresso, podem alterar o regime fiscal de organizações sem fins lucrativos, com impacto direto sobre o financiamento de projetos esportivos e de formação. Por essa razão, a Câmara receberá, nesta terça-feira (24/2), às 11h, diferentes instituições para a defesa da causa.

O Flamengo será capitaneado pelo presidente Luiz Eduardo Baptista, o Bap, pelo diretor de esportes olímpicos rubro-negro, Marcus Vinícius Freire, e pelo ex-jogador Zico. Referência olímpica no Brasil, o Praia Clube chegou a Brasília com oito membros na comitiva, incluindo o presidente Paulo Henrique Silva, a campeã olímpica do vôlei de Praia, Ana Patrícia, e o jogador de vôlei Darlan.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

A mobilização é resposta ao veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a dispositivos que mantinham benefícios tributários para organizações sem fins lucrativos. O setor entende que a decisão eleva a carga fiscal dessas entidades e pode colocá-las, na prática, sob alíquotas superiores às aplicadas às Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), modelo empresarial criado justamente para o esporte.

Após o veto presidencial, clubes associativos e entidades esportivas sem fins lucrativos podem passar a enfrentar carga tributária de 15,5%, percentual superior ao aplicado às Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), cujo regime prevê 6% sobre a receita bruta. As novas regras entram em vigor a partir de janeiro de 2027, mas a configuração pode ser ajustada, pois o Congresso tem possibilidade de derrubar o veto de Lula.

O cenário acendeu o alerta entre clubes associativos, confederações e comitês, que temem perda de competitividade e impacto sobre projetos de base e alto rendimento.

Presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Marco Antonio La Porta exalta a união da comunidade

esportiva em prol de uma nova reivindicação, depois da aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte permanente. Uma maior tributação impactará diretamente no embrião esportivo brasileiro, indo na contramão da construção da nossa Nação Esportiva - slogan da entidade -, mas temos certeza de que o Congresso entenderá nossa urgência e acolherá a pauta com muita atenção, comentou o dirigente.

Atualmente, grande parte do esporte nacional opera a partir de um modelo associativo, sustentado por incentivos fiscais, leis de fomento e repasses públicos. A mudança no enquadramento tributário, segundo representantes do setor, tende a gerar aumento de custos operacionais e redução de investimentos, especialmente em projetos de base e alto rendimento olímpico e paralímpico.

Do outro lado, a **reforma tributária** é apresentada pelo governo como mecanismo de simplificação do sistema e ampliação da arrecadação. Especialistas ponderam, no entanto, que o ganho fiscal pode vir acompanhado de efeitos colaterais sobre setores que não operam com lógica empresarial tradicional.

Para a advogada tributarista Tattiana de Navarro, apesar de as alíquotas aplicadas pelo veto do presidente Lula serem menores do que as do setor empresarial geral, representam impacto relevante. A nova tributação altera toda a realidade fiscal e contábil das organizações afetadas, gerando a necessidade de uma apuração mais real e minuciosa. No país do futebol, onerar os clubes poderá gerar um desestímulo ao esporte e, principalmente, aos olímpicos, pois tudo indica que haverá redução de projetos sociais muito importantes para o fomento do esporte nas comunidades, analisa.

A especialista também chama a atenção para possível caminho a ser adotado. Há o risco de os clubes e associações adotarem os modelos de SAFs buscando a redução dessa tributação, em um planejamento tributário lúdico, que pode colocar em risco sua própria sobrevivência, projeta.

A redução de benefícios fiscais no Brasil é uma necessidade antiga, mas não é a única medida para resolver o problema da economia brasileira. Neste caso, os valores arrecadados com a tributação dos clubes e associações pagarão apenas uma parte da

conta, mas sem essa parte, dificilmente o governo conseguirá alcançar o montante necessário , conclui Navarro.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/esportes/2026/02/7361095-comunidade-esportiva-vai-a-camara-contra-aumento-de-tributacao.html>

Com fim da recuperação judicial, fundador perde controle da Azul

LUCIANA DYNIEWICZ E ELISA CALMON

Com a conclusão de seu processo de recuperação judicial nos Estados Unidos (Chapter 11), a companhia aérea Azul deixa de ter seu fundador, David Neeleman, como controlador e passa a operar como uma corporation - empresa cujo controle é pulverizado.

A companhia que emerge dessa reestruturação deverá ter as americanas United Airlines e American Airlines como acionistas de referência, cada uma com 8% de participação - o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ainda precisa aprovar a entrada da American na empresa.

Apesar de perder o controle da Azul, Neeleman - empresário que nasceu no Brasil, mas fez carreira nos EUA - continua fazendo parte do conselho de administração, do qual é presidente.

O CEO da companhia, John Rodgers, também permanece no conselho e no cargo.

"(Não ter um controlador) fez parte do acordo para não proteger a participação de ninguém (durante a reestruturação). O que foi protegido nesse processo foi a Azul", disse Rodgers ontem, em entrevista coletiva.

A Azul anunciou na última sexta-feira sua saída do Chapter 11, após quase nove meses de reestruturação. Nesse período, a empresa conseguiu reduzir sua alavancagem (dívida líquida em relação ao lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) para 2,5 vezes. Há um ano, esse indicador era de 4,9 vezes. Os juros anuais pagos sobre empréstimos e financiamentos também recuaram em mais de 50% e os custos de locação de aeronaves caíram em um terço.

Para deixar a reestruturação judicial para trás, a empresa ainda emitiu US\$ 1,37 bilhão em dívida e recebeu uma injeção de US\$ 950 milhões por meio de participação na companhia.

Desse montante, US\$ 100 milhões foram da United Airlines. Outros US\$ 100 milhões devem ser colocados pela American Airlines assim que houver o aval do Cade.

ESTRATÉGIA. Em sua nova fase, a Azul terá como foco, segundo Rodgers, recuperar o cliente perdido durante a reestruturação.

A intenção é priorizar melhorias no serviço para atrair o consumidor, e não o crescimento.

Antes mesmo da recuperação judicial, a Azul atravessou uma fase de deterioração de seus serviços, com voos sendo cancelados.

O NPS (métrica que indica a probabilidade de uma empresa ser recomendada pelo cliente) chegou a cair 34 pontos. Segundo o executivo, em seis meses até junho do ano passado 30 pontos haviam sido recuperados.

"Vamos crescer com responsabilidade e reconquistar nossos clientes. Voar com a Azul sempre foi diferenciado, mas, nos últimos seis anos, estávamos em um modo de sobrevivência", afirmou o CEO. "Agora, estamos no modo de reinvestir nos nossos clientes e na nossa marca, mas vamos fazer isso com responsabilidade. Se passo a crescer 20% ao ano, vou perder o foco de reconquistar o que é nosso", acrescentou.

A companhia projeta um crescimento de 1% na oferta em 2026. O número é inferior ao projetado por Rodgers em junho do ano passado. Pouco após a empresa entrar em Chapter 11, o executivo reconheceu que a Azul seria uma empresa com crescimento mais tímido, mas, à época, projetou que a alta anual ficaria ao redor de 3% ou 4%.

Como comparação, a Latam estima uma expansão na oferta de 6% a 8% neste ano.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil não pode perder oportunidades trazidas pela corrida tecnológica da IA (Editorial)

A participação brasileira na Cúpula de Impacto da Inteligência Artificial (IA), realizada na Índia na semana passada, deveria servir de alerta: o mundo atravessa uma revolução na economia, e o Brasil mais uma vez ficará para trás se não agir com rapidez. A exemplo de mudanças climáticas, narcotráfico ou energia nuclear, a IA desponta como mais um tema em que apenas um compromisso global multilateral terá capacidade de dar conta de riscos que, como os benefícios, têm crescido a cada dia. Mas impor regras demais pode inibir a inovação. Para dar conta do dinamismo da tecnologia, as regras precisarão ser reavaliadas periodicamente e será necessário criar um mecanismo ágil de decisão e ação. O líder da OpenAI, Sam Altman, defendeu uma organização nos moldes da Agência Internacional de Energia Atômica para o setor.

Também ficou claro no encontro que OpenAI (ChatGPT), Anthropic (Claude) e as demais pioneiras do mercado serão o foco das iniciativas de regulação. Há pouco que países periféricos como o Brasil possam fazer a esta altura para evitar o domínio dos modelos desenvolvidos por tais empresas. Mas isso não significa que não seja possível aproveitar as oportunidades econômicas que se abrem, em especial na oferta dos colossais centros de processamentos de dados onde os modelos de IA funcionam, os data centers.

A energia necessária para treinar os modelos mais avançados dobra a cada 12 meses, e os data centers se tornaram consumidores vorazes de energia e água para refrigeração. Em todo o mundo, 40% da eletricidade consumida por data centers é gerada por usinas a gás e 15% a carvão. Comprometidas com a transição energética, as gigantes digitais dizem querer mudar essa realidade. Hoje concentram os investimentos nos Estados Unidos, onde apenas 21% da energia vem de fontes renováveis.

A Índia aproveitou para oferecer isenção de **impostos** até 2047 aos estrangeiros que lá construirão seus data centers. Mas o país ainda tem o desafio de expandir sua capacidade instalada, e apenas 20% da energia gerada é limpa. Nesse quesito, o Brasil tem vantagens comparativas notáveis - as fontes

renováveis respondem por 90% da geração - e não pode deixar passar a oportunidade. O futuro, contudo, não está garantido. O Congresso tem até amanhã para aprovar Medida Provisória que estabeleceu um regime especial de tributação e incentivos a data centers, o Redata. Caso ela não seja aprovada, o Planalto deverá enviar um Projeto de Lei com o mesmo conteúdo. Os parlamentares deveriam dar atenção à questão.

As empresas de tecnologia têm feito promessas robustas de investimentos caso haja redução de **impostos**. Apesar disso, o governo acabou de elevar o imposto de importação sobre bens de informática para 20%, e o ICMS é outro obstáculo. Mesmo que nem todos os investimentos se materializem, o Brasil deveria estabelecer incentivos com objetivos claros e prazos para reavaliação. O país não pode perder o trem da IA.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tributos sobre combustíveis somaram R\$ 210 bi em 2024

Fábio Couto

A arrecadação de **tributos** com o segmento de combustíveis em 2024 foi de R\$ 210 bilhões, dos quais R\$ 152 bilhões corresponderam ao ICMS. O PIS/Cofins, imposto federal, levantou R\$ 55 bilhões e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), encargo específico do setor de combustíveis, arrecadou outros R\$ 3 bilhões. Além disso, o ICMS respondeu por cerca de 25% de toda a arrecadação estadual. Os dados integram estudo realizado pela LCA Consultoria, a pedido do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom).

A análise considerou o ano de 2024, antes da realização de operações contra fraudes, sonegação fiscal e descaminhos tributários no setor de combustíveis, realizadas em 2025. No país, o ICMS passou a ser cobrado, a partir de 2022, pelo regime de monofasia, quando o imposto é cobrado dos produtores.

Os números apresentados são resultado da venda, pelas 189 distribuidoras e 45 mil postos de combustíveis existentes no país, de 134 bilhões de litros.

Segundo a LCA, a venda de combustíveis líquidos cresceu 2,8% ao ano no período entre 2018 e 2024, sendo a maior fatia das vendas pertencente ao óleo diesel. A cada hora, o volume de combustível vendido equivaleu a seis piscinas olímpicas, apontou o levantamento.

Os **tributos** representaram até 35% do preço final dos combustíveis vendidos nas bombas. O estudo simulou a composição dos preços nas bombas em agosto de 2025 e apontou que a gasolina C (com adição de etanol) tem o maior impacto: a um preço médio de R\$ 6,17 por litro, o derivado teve 23,8% do preço relativo a **tributos** estaduais e 11% a **impostos** federais.

No caso do etanol, o preço do produtor responde pela maior parte dos custos, com 62,7% do preço final do combustível. O diesel S-10 também tem no preço das refinarias o maior peso no custo final nas bombas, correspondendo a 46,1% do valor pago por litro.

Os custos operacionais, de acordo com o estudo

incluem itens como arrendamentos, aluguéis de imóveis, folha de pagamento, marketing e frete. Tais custos, somados às margens de distribuição e revenda, não ultrapassam 20% do preço final dos produtos, de acordo com a análise da consultoria.

Para o Sindicom, o estudo revela que o setor possui papel estratégico para a economia brasileira, ante o papel de garantir a mobilidade de pessoas e mercadorias. "A cadeia de combustíveis e lubrificantes é um elo essencial para o funcionamento da economia brasileira", disse, em **comunicado**, Mozart Rodrigues, diretor-executivo do Sindicom.

Segundo o estudo, derivados de petróleo e biocombustíveis líquidos representavam 45% da matriz energética nacional em 2024, ano mais recente disponível, sendo 36% fósseis e 9% da soma de etanol e biodiesel. O setor de transportes é o maior consumidor de combustíveis, com 62% da demanda de derivados de petróleo.

Para atender à demanda por combustíveis, foram realizadas 3,6 milhões de viagens rodoviárias, que totalizaram 1,3 bilhão de quilômetros percorridos, o equivalente a 90 voltas completas na Terra por dia.

Porém, aponta a análise um desafio está na logística, uma vez que áreas de produção e refino estão concentradas em poucos Estados, ao passo que o consumo está espalhado por todo o território nacional.

No lado dos lubrificantes, as vendas cresceram 15% entre 2018 e 2024, quando foi totalizada a comercialização de 1,5 bilhão de litros do produto. Em 2018, foi registrado total de 1,27 bilhão de litros do produto. O volume coloca o Brasil na condição de quinto maior mercado de lubrificantes, atrás de China, Estados Unidos, Índia e Japão. Parte dessa oferta vem do modelo de economia circular.

Em 2024, aponta a análise, 634 milhões de litros de óleo lubrificante usado foram recolhidos e transportados para 12 plantas de rerrefino, concentradas na região Sudeste. Parte desse volume retorna para o mercado: o rerrefino responde por aproximadamente 20% da oferta nacional de óleos básicos, o que, aponta o Sindicom, reduz a dependência de importações.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260224/>

Mercado reduz projeção da Selic pela primeira vez no ano

Economistas do mercado financeiro revisaram para baixo, pela primeira vez no ano, as projeções para a taxa básica de juros. O movimento veio acompanhado de cortes nas estimativas de **inflação** e de juros para 2026, além de leve alta na previsão para o Produto Interno Bruto (**PIB**) e redução na expectativa para o dólar.

De acordo com o Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a estimativa para a Selic ao fim de 2026 recuou de 12,25% para 12,13%. Para 2027, a estimativa foi mantida em 10,50%, enquanto as previsões para 2028 e 2029 permaneceram estáveis em 10,00% e 9,50%, respectivamente.

Para analistas, o dado mais significativo do relatório não está apenas no movimento das projeções, mas no sinal embutido na trajetória dos juros para os próximos anos. Na avaliação, a mudança indica uma inflexão nas expectativas do mercado para o cenário de médio prazo.

"O ponto mais relevante desta divulgação, no entanto, foi a revisão da Selic ao fim de 2026, de 12,25% para 12,13%. Embora a magnitude pareça pequena, o sinal é importante, pois diz que o mercado começa a incorporar um ambiente estruturalmente menos pressionado para juros no horizonte médio, em linha com a sequência de revisões baixistas da **inflação**", comentou Sidney Lima, Analista da Ouro Preto Investimentos.

No caso da **inflação**, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a projeção para 2026 recuou de 3,95% para 3,91%, na sétima semana consecutiva de queda. Para 2027, a estimativa foi mantida em 3,80%. As previsões para 2028 e 2029 também permaneceram estáveis, em 3,50%.

A nova rodada de projeções consolida a percepção de que o cenário inflacionário segue mais favorável e com expectativas mais bem ancoradas para os próximos anos. "As expectativas do mercado reforçam um cenário de maior controle inflacionário.

O Focus desta semana aprofundou o movimento de reancoragem, com a projeção do IPCA para 2026 recuando pela sexta queda consecutiva", destacou Lima, lembrando, ainda, que a projeção de **inflação** aproxima-se do centro da meta, o que "reduz a

probabilidade de manutenção de juros excessivamente restritivos por período prolongado", prosseguiu.

PIB e dólar Para o crescimento da economia brasileira, a projeção do **PIB** em 2026 subiu de 1,80% para 1,82%, na primeira alta após semanas de estabilidade. Para 2027, a estimativa foi mantida em 1,80%.

Já para 2028 e 2029, a mediana permaneceu em 2,00%.

Segundo Peterson Rizzo, gerente de R.I da Multiplike, a leve revisão positiva do **PIB** não altera a dinâmica de crescimento moderado, nem impede o início esperado dos cortes de juros nas próximas reuniões do Copom. "A combinação de **inflação** mais baixa, perspectiva de redução gradual da Selic e cenário externo mais favorável cria um ambiente propício à expansão do crédito estruturado, especialmente em operações de prazo mais longo", avaliou.

No câmbio, a estimativa para o dólar ao fim de 2026 recuou de R\$ 5,50 para R\$ 5,45. Para 2027 e 2028, a projeção foi mantida em R\$ 5,50.

Já para 2029, houve leve alta, de R\$ 5,51 para R\$ 5,52.

Rizzo ponderou que a dinâmica do câmbio também é um fator relevante na formação das expectativas de **inflação**. "A recente valorização do real e a reversão do tarifaço também contribuem para aliviar as expectativas de pressões inflacionárias." (RG)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/02/24/all.pdf>

Estados no cheque especial (Editorial)

Vários Estados encerraram 2025 com as contas no vermelho, destaca uma reportagem publicada recentemente pelo Estadão. Além dos historicamente encalacrados, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estavam sem dinheiro livre em caixa para fazer frente a despesas na virada do ano Rio Grande do Norte, Alagoas, Distrito Federal, Tocantins e Acre.

É interessante observar como cada Estado tem sempre uma desculpa para a alegada situação de penúria, como é o caso de Minas Gerais, governado por Romeu Zema (Novo), que tem falado em discursos recentes que herdou um governo "quebrado", mas promoveu uma reorganização das contas e voltou a pagar salários em dia.

Talvez o discurso colasse quando Zema ainda era um novato no mundo político, mas o governador foi eleito em 2018, reeleito em 2022 e já está no fim de seu segundo mandato. Faz anos que o Estado não paga integralmente sua dívida com a União, mas, ainda assim, Minas estava com um rombo de R\$ 11,3 bilhões no fim do ano passado.

A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), nem se dignou a responder aos questionamentos da reportagem.

Além do buraco de R\$ 3 bilhões, o Estado também rompeu o limite de gastos com pessoal, situação que pode impedir a União de transferir recursos para o Estado e de dar aval a empréstimos se a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) for cumprida à risca.

O Distrito Federal é um fenômeno. A despeito de receber transferências de R\$ 28,41 bilhões da União, o DF encerrou o ano de 2025 com o caixa negativo em R\$ 876,63 milhões. E o governador Ibaneis Rocha (MDB) está com um abacaxi na mão. Após a malfadada tentativa de compra do Banco Master, o BRB precisa de um aporte bilionário para cobrir o rombo gerado pelas carteiras de crédito podres repassadas pela instituição de Daniel Vorcaro.

Como se pode ver, as dificuldades financeiras dos Estados não são exclusividade de um único partido ou campo político.

A principal fonte de arrecadação dos Estados é o ICMS, imposto cujo desempenho costuma acompanhar as idas e vindas da atividade econômica. Já as despesas têm um comportamento bem mais previsível e quase sempre aumentam acima da

inflação.

É mais prudente manter os gastos apertados do que contar com um dinheiro que nem sempre vem, mas os governadores costumam fazer o oposto e sob as bênçãos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Os Estados ainda conseguiram encerrar o ano de 2025 com um superávit de 0,04% do Produto Interno Bruto (**PIB**), mas o saldo entre receitas e despesas caiu pelo quarto ano consecutivo.

Foi o pior resultado desde 2014, época em que o governo Dilma Rousseff incentivava os Estados a se endividar. Uma de suas principais propostas foi a substituição do indexador da dívida do IGP-DI para o IPCA, medida que aliviaria o pagamento das parcelas e ampliaria o espaço fiscal para investimentos.

Acreditava-se que um indexador menor faria com que os Estados quitassem seus débitos até 2030. Na prática, criou-se uma crise que levou a uma nova repactuação em 2017, quando o governo de Michel **Temer** estabeleceu a realização de reformas e privatizações como contrapartida para ajudar os encalacrados.

Avesso a ajustes fiscais e à procura de uma marca para o governo, Lula tentou lançar o programa "Juros por Educação", por meio do qual os Estados teriam de investir em ensino médio profissionalizante para reduzir, mais uma vez, o indexador de suas dívidas. Era muito, mas os Estados mais endividados acharam pouco.

Por fim, o Executivo teve de engolir o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Proposto originalmente pelo Senado, ele irá garantir juro zero aos Estados que investirem em um amplo cardápio de áreas que vai da educação à segurança, passando por infraestrutura, sem que tenham de se comprometer com qualquer medida de ajuste fiscal - ainda que seus resultados já estejam em franca deterioração.

Com condições tão benevolentes, mesmo os Estados que não estavam em dificuldades financeiras já aderiram. É melancólico ver como as administrações petistas não aprendem com o passado e não conseguem perceber que estão plantando a semente de uma futura crise. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Custo anual pode subir até R\$ 267 bi, diz CNI

I MATEUS MAIA

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a redução da jornada de trabalho a 40 horas semanais poderia gerar custo anual de R\$ 178,2 bilhões a R\$ 267,2 bilhões, com impacto de 7% na folha de pagamentos.

A projeção considerou dois cenários: compensando a redução com horas extras ou com contratações novas.

Segundo a projeção da CNI, os impactos serão sentidos com maior força na indústria da construção e nas micro e pequenas empresas industriais.

De um total de 32 setores industriais, 21 apresentariam elevação de custos acima da média da indústria, independentemente da estratégia adotada pela empresa para manter o número de horas atuais de produção.

Segundo a entidade, o impacto imediato da proposta seria um aumento de aproximadamente 10% no valor da hora trabalhada regular para quem tivesse contrato de 40h. Caso as horas não sejam repostas, para a CNI haverá redução na atividade econômica.

"Esses dados, combinados com as análises que estamos fazendo sobre o tema, mostram que o mais provável é que a produção seja reduzida e o custo unitário do trabalho aumente, trazendo pressão de custos e perda de competitividade das empresas nacionais.

Essa dinâmica provoca queda da produção, do emprego e da renda e, conseqüentemente, do **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro", diz o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Para a CNI, negócios com até nove empregados teriam aumento de 8,7% a 13% com gasto de pessoal.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado prevê juros menores no fim deste ano

.I MARIANNA GUALTER

O mercado reduziu a projeção da Selic para o fim deste ano, mostra novo Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central.

O índice caiu de 12,25% para 12,13%, após oito semanas de estabilidade. Considerando só as 92 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana seguiu em 12%.

Em janeiro, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a Selic em 15% pela quinta vez seguida, mas indicou que pode cortar juros na próxima reunião, em março.

A mediana para o IPCA de 2026 caiu de 3,95% para 3,91%.

A taxa está 0,59 ponto percentual abaixo do teto da meta, de 4,5%. Há um mês, era de 4%.

Já a previsão para a alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2026 subiu de 1,80% para 1,82%

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tarifa média do Brasil tem a maior queda, para 13%

O Brasil é o país mais beneficiado pela mudança na taxa para os produtos importados pelos Estados Unidos. Segundo cálculos feitos pelo economista-chefe para América Latina do banco Goldman Sachs, Alberto Ramos, a tarifa média para exportar para os EUA caiu dez pontos percentuais, de 23% para 13%, após a Suprema Corte americana ter suspendido o uso da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA), que o presidente Donald Trump havia usado para impor as chamadas tarifas recíprocas globais, no ano passado. No caso brasileiro, elas chegavam a 50% em alguns produtos.

Como foi um dos países que sofreram as taxas mais altas, ao lado da China e da Índia, o Brasil foi o mais beneficiado, mesmo que se concretizem os 15% de taxa global que Trump anunciou no sábado. Por enquanto, o decreto da Casa Branca, assinado na noite de sexta-feira, estabelece uma taxa de 10%, que entra em vigor hoje. Isso, no entanto, pode mudar, lembra Ramos:

-Mas essa taxa incide sobre uma base muito pequena, sobre 0,7% do **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro. Em termos macroeconômicos, o efeito é mínimo, atinge US\$ 16 bilhões em um total de US\$ 43 bilhões de exportações.

Dessa média de 13% de tarifas, o grupo de produtos mais taxados, de acordo com o estudo do banco, é o de aço, alumínio e cobre, com alíquota de 50%. A seguir, vêm veículos e peças, com 25%, e madeiras e móveis, cuja taxa fica entre 10% e 25%.

O economista estima que taxas semelhantes à de 15%, recém-imposta, permaneçam até o fim deste ano, com as mesmas isenções que existiam antes da derrubada da IEEPA. Mas depois de julho, quando termina o prazo de 150 dias da vigência dessa nova taxa, pode haver algum alívio, avalia Ramos.

"O balanço de riscos inclina-se para tarifas mais baixas após julho, visto que o governo pode ter dificuldades em substituir integralmente as tarifas da Seção 122, que expiram, utilizando outras leis. No entanto, após as eleições de meio de mandato e até o início de 2027, os riscos inclinam-se para tarifas mais altas", escreveu o economista em seu relatório.

O governo pode aumentar o uso da Seção 301, que

demande um processo para ser aplicada, mas que não tem tarifa limite ou alcance - na 122, o teto é 15%. Essa seção é usada principalmente para combater barreiras não tarifárias. O Brasil já é alvo de processo pela Seção 301, e pode haver novas restrições, afirma Ramos:

- O Brasil é relativamente vulnerável. Há uma quantidade enorme de restrições aplicadas pelo Brasil. Então, é possível que, depois de cinco meses, venham a aplicar essa tarifa. O processo está em andamento, e o Brasil pega pesado nas restrições comerciais, nos entraves para o comércio internacional.

O governo americano também pode lançar mão da Seção 232, que taxa o produto - como aço e alumínio, no caso brasileiro - e não o país, alegando questões de segurança nacional. Nesse caso, o Brasil pode negociar, o que já foi feito em outras ocasiões, fixando cotas de importação antes da aplicação da tarifa.

- Isso, México e Brasil podem fazer: substituir tarifa por uma cota, as primeiras 600 toneladas de aço com uma tarifa menor, por exemplo. É uma opção - afirma Ramos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fazenda avalia apertar regra de empréstimo a estados

O Tesouro Nacional, órgão ligado ao Ministério da Fazenda, projeta uma piora, a partir deste ano, do desempenho das contas públicas de estados e municípios, o que tem impacto na dívida do país. A principal razão para isso é o novo modelo de renegociação das dívidas das unidades da federação junto à União, chamado de Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

A medida foi desenhada sob um formato que incentiva os gastos dos governos locais. Por isso, a pasta já avalia mudanças que podem apertar as regras para concessão de empréstimos para os governos regionais.

As estimativas do Tesouro, as quais O GLOBO teve acesso, foram elaboradas para subsidiar a decisão sobre os limites das dívidas que estados e municípios poderão contrair em 2026.

Para este ano, a previsão é de um superávit de R\$ 12,4 bilhões, número que reduz para R\$ 7,7 bilhões no ano que vem. Em 2028, a estimativa é de um déficit de R\$ 16,1 bilhões.

O resultado deste ano, porém, vai depender muito do comportamento das receitas, como o ICMS, que tendem a perder força por conta da desaceleração da economia. Em 2025, estados e municípios tiveram um superávit de R\$ 9,5 bilhões.

A piora continuada das contas regionais a partir deste ano ocorre por conta do formato do Propag, programa que teve adesão de 22 dos estados. Por ele, os governos irão trocar o pagamento de juros da dívida por investimentos públicos. Dessa forma, as despesas totais irão subir.

Por ele, haverá um prazo de 30 anos para a reestruturação das dívidas estaduais, com formas de pagamento que reduzem o juro real pago. Os estados também poderão quitar parte das dívidas transferindo bens móveis ou imóveis, participações societárias, créditos com o setor privado e outros ativos para a União. Hoje, a taxa de reajuste da dívida é de IPCA + 4%.

Do total dos estados que aderiram à medida, 17 terão o juro real zero, podendo usar toda a sobra de caixa para gastar.

Diante do cenário observado e da pressão exercida pelo programa, técnicos do

Tesouro já trabalham em uma reformulação nos mecanismos que permitem aos estados tomarem empréstimo junto a organismos nacionais e internacionais.

As medidas em estudo têm o objetivo de reduzir o espaço fiscal dos governos locais, tendo em vista que eles foram os beneficiários do Propag e passarão a dispor de mais recursos para investimentos, reduzindo a necessidade de financiamento com instituições financeiras.

Por conta desse programa, o Ministério da Fazenda também irá apertar o acompanhamento do resultado fiscal dos estados e os desdobramentos da implementação do Propag. O temor dos técnicos é que a ampliação dos gastos locais piore também a trajetória da dívida pública do país, hoje em 78,7% do **PIB** (R\$ 10 trilhões) e com tendência de crescimento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Petróleo fica isento da nova taxaço americana

Kariny Leal Do Rio

O petróleo foi um dos produtos na lista de isenções da nova tarifa de 15% do presidente americano, Donald Trump, anunciada depois que a Suprema Corte americana derrubou o tarifaço anteriormente instituído por Trump, na sexta-feira (20).

Em uma lista de exceções divulgadas pela Casa Branca ainda na sexta, estão incluídos os itens "energia e produtos de energia", além de "recursos naturais" e "minerais críticos".

Inicialmente, o documento dizia que a taxa seria de 10%, mas o presidente americano publicou em suas redes sociais no sábado (21) que aumentaria para 15%.

A decisão passa a valer nesta terça-feira (24) e tem prazo de 150 dias. Após esse período, o Congresso precisa validar a tarifa para que ela possa ser mantida.

Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, afirma que Trump poderia causar um problema para a indústria caso decidisse taxar o petróleo, uma vez que o país depende de importação: "Os Estados Unidos têm que importar petróleo por causa da diferença do parque de refino para o que eles produzem hoje. Se o petróleo ficasse mais caro para importação, os refinadores iam pagar mais caro e passar isso para o preço, trazendo inflação para os Estados Unidos, justamente o que o Trump não quer."

Para Marcus D'Elia, sócio da Leggio Consultoria, a nota da Casa Branca ainda é genérica ao não citar os produtos nominalmente, o que pode abrir precedente para diferentes aplicações. "O conteúdo do documento é bastante genérico.

Mas temos que lembrar que é válido por 150 dias. Depois disso, precisa ser validado pelo Congresso."

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260224/>